



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vivo S.A., submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008							
(em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	31.12.09	31.12.08	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.09	31.12.08
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	842.059	1.223.473	Pessoal, encargos e benefícios sociais		137.414	160.605
Aplicações financeiras em garantias		36.925	37.475	Fornecedores e contas a pagar	13	2.652.081	3.328.673
Contas a receber, líquidas	5	2.245.460	2.281.126	Impostos, taxas e contribuições	14	734.684	650.320
Estoques	6	385.177	709.410	Empréstimos e financiamentos	15	688.397	1.811.703
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.707.878	1.949.454	Juros sobre o capital próprio e dividendos	18	1.145.000	235.786
Operações com derivativos	26	14.700	347.448	Provisões para contingências	16	59.315	82.364
Despesas antecipadas	8	269.559	284.814	Operações com derivativos	26	28.668	36.791
Outros ativos	9	234.980	298.122	Outras obrigações	17	571.504	557.495
Total do ativo circulante		5.736.738	7.131.322	Total do passivo circulante		6.017.063	6.863.737
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Exigível a longo prazo:			
Aplicações financeiras em garantias		51.344	47.335	Impostos, taxas e contribuições	14	298.092	246.517
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.529.172	1.531.475	Empréstimos e financiamentos	15	2.306.632	3.826.385
Operações com derivativos	26	128.852	285.303	Provisões para contingências	16	91.114	94.483
Despesas antecipadas	8	59.984	72.325	Operações com derivativos	26	120.866	97.971
Outros ativos	9	110.136	30.981	Outras obrigações	17	142.895	179.160
Investimentos		8	8	Total do passivo não circulante		2.959.599	4.444.516
Imobilizado, líquido	10	5.824.567	6.414.085	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível, líquido	11	2.688.017	2.857.341	Capital social	18	5.998.556	5.409.318
Diferido, líquido	12	29.864	55.393	Reservas de capital	18	447.790	737.028
Total do ativo não circulante		10.421.944	11.294.246	Reservas de lucro	18	735.674	970.969
Total do ativo		16.158.682	18.425.568	Total do patrimônio líquido		7.182.020	7.117.315
				Total do passivo e do patrimônio líquido		16.158.682	18.425.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008			
(em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)			
	Nota	2009	2008
Serviços de telecomunicações	19	17.713.635	16.767.130
Vendas de mercadorias	19	2.747.655	3.101.704
Receita operacional bruta		20.461.290	19.868.834
Deduções da receita bruta	19	(5.807.466)	(5.619.606)
Receita operacional líquida		14.653.824	14.249.228
Custo dos serviços prestados	20	(6.096.446)	(5.191.517)
Custo das mercadorias vendidas	20	(1.832.752)	(2.249.389)
Lucro bruto		6.724.626	6.808.322
Despesas com vendas	21	(4.003.398)	(3.816.914)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.095.619)	(1.052.888)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	205.888	(87.249)
Despesas operacionais		(4.893.129)	(4.957.051)
Lucro operacional antes das despesas financeiras, líquidas		1.831.497	1.851.271
Despesas financeiras, líquidas	24	(329.926)	(442.863)
Juros sobre o capital próprio destinados		(397.603)	(380.037)
Lucro antes dos tributos e da reversão dos juros sobre o capital próprio		1.103.968	1.028.371
Imposto de renda e contribuição social	25	(434.689)	(414.234)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		669.279	614.137
Reversão dos juros sobre o capital próprio		397.603	380.037
Lucro líquido do exercício		1.066.882	994.174
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		279,99	260,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008											
(em milhares de reais)											
	Capital Social Realizado	Reservas de Capital				Reservas de Lucro			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
		Reserva de Ágio	Reserva Especial de Ágio	Juros sobre Obras em Andamento	Doações e Subvenções	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Incentivos Fiscais			Reserva para Expansão
Saldos em 31 de dezembro de 2007	5.613.934	37.530	1.105.818	10.162	48.540	30.362	351.153	-	(1.220)	7.196.279	
Aumento de capital por reserva especial de ágio - AGE 03.07.08	495.384	-	(495.384)	-	-	-	-	-	-	-	
Redução de capital - AGE 19.08.08	(700.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	6.899	6.899	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	994.174	994.174	
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	49.709	-	(49.709)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.037)	(380.037)	
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	564.428	(564.428)	-	
Transferência para reserva de expansão	-	-	-	-	-	-	-	5.679	(5.679)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	5.409.318	37.530	610.434	10.162	48.540	30.362	400.862	570.107	-	7.117.315	
Aumento de capital por reserva especial de ágio - AGE 12.02.09	289.238	-	(289.238)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000	
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	6.935	-	6.935	
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.843	3.843	
Realização de reservas de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.574)	295.574	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.066.882	1.066.882	
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	53.344	-	(53.344)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(397.603)	(397.603)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(615.935)	(615.935)	
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(299.417)	(299.417)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.998.556	37.530	321.196	10.162	48.540	30.362	454.206	6.935	274.533	7.182.020	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008		
(em milhares de reais)		
	2009	2008
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	1.066.882	994.174
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.889.743	2.370.758
Perda na alienação de ativo imobilizado	1.869	27.853
Baixas e provisões (reversões) para perdas em estoques, líquidas	4.092	(7.952)
Perdas (ganhos) em contratos de swap	442.324	(491.793)
Perdas com empréstimos, financiamentos e debêntures	19.418	1.025.539
Variações monetárias	(22.104)	13.545
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	191.164	285.017
Planos de benefícios pós-emprego	1.261	1.937
Provisões para contingências	120.818	118.966
Provisões (reversões) de fornecedores	1.034	(26.583)
Reversões de provisões para desmobilização de ativos	(41.688)	(8.629)
Provisões (reversões) de impostos e contribuições	(32.169)	6.090
Provisões (reversões) para programa de fidelização	(37.284)	22.840
Imposto de renda diferido	238.503	381.656
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(155.498)	(387.398)
Estoques	320.141	(324.834)
Tributos diferidos e a recuperar	(62.215)	(281.027)
Outros ativos circulantes e não circulantes	8.123	(205.161)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(23.191)	(11.059)
Fornecedores e contas a pagar	(744.535)	289.430
Impostos, taxas e contribuições	114.557	90.392
Provisões e depósitos judiciais de contingências (pagamentos)	(147.633)	(147.953)
Outros passivos circulantes e não circulantes	78.991	68.329
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4.232.603	3.804.137
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao imobilizado	(2.044.596)	(3.641.917)
Adições ao ativo diferido	-	(30.306)
Adições ao investimento	-	(650)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	4.265	13.397
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.040.331)	(3.659.476)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	437.157	2.710.440
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.099.634)	(845.716)
Recebimentos (pagamentos) de contratos de swap	129.238	(521.984)
Recebimento da controladora para aumento de capital	300.000	-
Pagamentos de grupamento de ações	(183)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(340.264)	(1.741.113)
Caixa proveniente de redução de capital	-	(700.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(2.573.686)	(1.098.373)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(381.414)	(953.712)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
Saldo inicial	1.223.473	2.177.185
Saldo final	842.059	1.223.473
	(381.414)	(953.712)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA		
Imposto de renda e contribuição social pagos	142.982	-
Juros pagos	542.755	201.183
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA		
Doações	2.271	5.938
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	3.843	6.899
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	1.312.955	380.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008			
(em milhares de reais)			
	2009	2008	
RECEITAS	19.382.114	18.377.369	
Prestação dos serviços e mercadorias vendidas	18.871.137	18.252.201	
Outras receitas	702.141	410.185	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(191.164)	(285.017)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.367.939)	(8.594.984)	
Insumos consumidos	(2.576.601)	(2.444.203)	
Custo das mercadorias vendidas	(2.267.300)	(2.800.355)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.515.054)	(3.357.896)	
Recuperação (perdas) de valores ativos	(8.984)	7.470	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.014.175	9.782.385	
RETENÇÕES	(2.889.743)	(2.370.758)	
Depreciação e amortização	(2.889.743)	(2.370.758)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	8.124.432	7.411.627	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	770.847	1.157.647	
Receitas financeiras e de variações monetárias e cambiais	770.847	1.157.647	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.895.279	8.569.274	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.895.279	8.569.274	
Pessoal, encargos e benefícios	702.538	584.539	
Remuneração direta	460.648	293.292	
Benefícios	210.837	264.285	
FGTS	31.053	26.962	
Impostos, taxas e contribuições	5.305.049	4.791.833	
Federais	2.032.427	1.790.413	
Estaduais	3.255.746	2.985.801	
Municipais	16.876	15.619	
Remuneração de capitais de terceiros	1.820.810	2.198.728	
Despesas financeiras e de variações monetárias e cambiais	1.140.586	1.600.510	
Aluguéis	680.224	598.218	
Remuneração de capitais próprios	1.066.882	994.174	
Juros sobre o capital próprio	397.603	380.037	
Dividendos	615.935	-	
Lucros retidos	53.344	614.137	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008			
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)			
1. CONTEXTO OPERACIONAL			
a. Controle Acionário			
A Vivo S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado que, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 tinha como controlador a Vivo Participações S.A.			



Vivo S.A.

CNPJ 02.449.992/0001-64

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Acordo entre a Telefônica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefônica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefônica S.A. tem o controle compartilhado do Vivo Participações S.A., mediante sua *joint-venture* com a Portugal Telecom. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefônica S.A. não tem envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e a TIM são transações normais do negócio de telefonia celular, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008), também levando-se em consideração as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

As alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638 e nº 11.941, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”):

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007;
- CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008; e
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Os seguintes pronunciamentos e interpretações deverão ser adotados pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras a partir de 2010, com aplicação retrospectiva no que for aplicável:

Pronunciamentos

- CPC 15 - Combinação de Negócios, aprovado pela Deliberação CVM nº 580, de 31 de julho de 2009;
- CPC 16 - Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575, de 5 de junho de 2009;
- CPC 20 - Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 5 de junho de 2009;
- CPC 22 - Informação por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de julho de 2009;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 24 - Eventos Subseqüentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
- CPC 30 - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609, de 22 de dezembro de 2009;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009; e
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, aprovada pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009.

Interpretações

- ICPC 01 - Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, aprovada pela Deliberação CVM nº 613, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 06 - *Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior, aprovada pela Deliberação CVM nº 616, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 07 - Distribuição de Lucros in Natura, aprovada pela Deliberação CVM nº 617, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, aprovada pela Deliberação CVM nº 601, de 7 de outubro de 2009;
- ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, aprovada pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, aprovada pela Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 11 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes, aprovada pela Deliberação CVM nº 620, de 22 de dezembro de 2009; e
- ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Reestruturação e Outros Passivos Similares, aprovada pela Deliberação CVM nº 621, de 22 de dezembro de 2009.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria realizada em 9 de fevereiro de 2010.

Reclassificações na demonstração de resultado de 2008

Algumas rubricas das demonstrações de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade, conforme segue:

- Reclassificação da amortização de licenças de autorização: de despesas gerais e administrativas para custo dos serviços prestados; e
- Reclassificação da amortização de fundo de comércio (de lojas próprias): de despesas gerais e administrativas para despesas com vendas.

Contas

Demonstrações financeiras de 2008 divulgadas

Contas	Demonstrações financeiras de 2008 divulgadas		Demonstrações financeiras de 2008 reclassificadas para apresentação em 2009	
	2008 divulgadas	Reclassificações	2008 divulgadas	Reclassificações
Custo dos serviços prestados	(5.699.605)	(37.525)	(5.737.130)	
Despesas com vendas	(4.104.416)	(2.639)	(4.107.055)	
Despesas gerais e administrativas	(1.204.342)	40.164	(1.164.178)	

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

b) Contas a receber, líquidas

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, e acessórios. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, levando-se em conta os valores vencidos há mais de 90 dias, exceto para contas a receber de interconexão, além de parcela em negociação com os clientes. Informações referentes a abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na nota 5.

c) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajuste a mercado quando aplicável. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida em que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

e) Taxa FISTEL

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante

o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 10. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O imobilizado está líquido de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos (nota 17) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ativos não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (nota 11). Inclui ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, licenças de autorização adquiridas da ANATEL, valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) e outros ativos intangíveis.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

i) Provisão para recuperação de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis da Companhia. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado. Eles representam a melhor estimativa da Administração referente às condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo de capital - “*CAPM - The Capital Asset Pricing Model*” - Modelo de Precificação de Ativos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 2,5% a 4,5%.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma taxa de desconto de 14% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são as que seguem:

- **Receitas:** As receitas são projetadas entre 2010 e 2014 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

j) Diferido

Os gastos pré-operacionais, anteriores a 1 de janeiro de 2009, referem-se a despesas pré-operacionais da Global Telecom (totalmente amortizadas em 2009) e aos custos de formação de rede na região do Nordeste, sendo amortizados pelo método linear, no prazo de 10 anos. Conforme permitido pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a Companhia optou em manter o saldo do ativo diferido que não foi possível ser alocado a outras contas, até a sua completa amortização. Os ativos diferidos também são revisados anualmente com a finalidade de avaliar a sua recuperabilidade.

k) Impostos, taxas e contribuições

As receitas de vendas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e o COFINS, respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva que possam ser utilizadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração. Também são incluídas na rubrica de impostos, taxas e contribuições as obrigações legais conforme divulgado na nota 14. Os tributos classificados como obrigações legais são aqueles para os quais a Companhia está discutindo judicialmente sua legalidade ou constitucionalidade. São constituídas provisões para a totalidade desses valores, independentemente da avaliação dos consultores jurídicos da Companhia quanto às possibilidades de perda.

l) Provisões para contingências

São determinadas com base em opiniões de seus consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

m) Provisão para o programa de fidelização

A Companhia possui programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando o dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto (nota 17).

n) Juros sobre o capital próprio

É permitido às companhias brasileiras pagar juros sobre o capital próprio, o qual é similar ao pagamento de dividendos, porém é dedutível para fins de apuração de tributos sobre a renda. A Companhia decidiu pagar os juros para seus acionistas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (nota 18) e, para fins de atendimento à legislação tributária, provisionou o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras anuais, a Companhia reverteu a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, seguindo as normas contábeis brasileiras e diretrizes da CVM. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

o) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Incluem os saldos a receber de acordos comerciais que são provenientes de transações correntes entre a Companhia e seus fornecedores, tendo como principais referências o volume de compras e as campanhas de *marketing* compartilhadas.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia é patrocinadora de fundos de pensão de benefícios pós-emprego e assistência médica e de outros benefícios pós-emprego para seus empregados (nota 27). As contribuições da Companhia são determinadas de forma atuarial e registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Subvenção e assistência governamentais

A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no Lucro da Exploração, para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

r) Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os tributos, os descontos e as devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício:

r.1) Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

r.2) Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios), efetuadas em lojas próprias, são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de *dealers*, são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

r.3) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos e financiamentos, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras.

s) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são lançados diretamente no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

s.1) **Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que, quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(iv) Disponíveis para venda: incluem ativos financeiros que não se qualificam nas categorias (i) a (iii) acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de despesas ou receitas financeiras. As variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

s.2) **Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: incluem passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

s.3) **Valor de mercado:** o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

s.4) **Operações de hedge:** os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

t) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências, provisão para desmobilização de ativos, provisão para o programa de fidelização e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. **v) Transações denominadas em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) vigente na data das demonstrações financeiras, que, em 31 de dezembro de 2009, eram: US\$1,00 = R\$1,7412, JPY1,00 = R\$0,018809, €1,00 = R\$2,508373 e em 31 de dezembro de 2008, eram: US\$1,00 = R\$2,3370, JPY1,00 = R\$0,025800, €1,00 = R\$3,252403. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos no resultado, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

w) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- Atividades de financiamento: São as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

x) Participação dos empregados nos resultados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.

y) Lucro líquido por lote de mil ações

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.09	31.12.08
Aplicações financeiras	801.317	1.172.776
Caixa e bancos	40.742	50.697
Total	842.059	1.223.473

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"), com liquidez imediata, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31.12.09	31.12.08
Valores a receber de serviços faturados	1.030.425	1.066.776
Valores a receber de interconexão	691.531	677.730
Valores a receber de serviços a faturar	477.928	455.942
Valores a receber de mercadorias vendidas	351.196	438.533
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(305.620)	(357.855)
Total	2.245.460	2.281.126

A seguir apresentamos os montantes a receber brutos, por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	31.12.09	31.12.08
A faturar	477.928	455.942
A vencer	1.469.403	1.311.307
Contas vencidas - de 1 a 30 dias	180.133	291.355
Contas vencidas - de 31 a 60 dias	64.209	76.609
Contas vencidas - de 61 a 90 dias	47.046	62.419
Contas vencidas - de 91 a 180 dias	115.975	138.551
Contas vencidas - de 181 a 360 dias	36.182	86.707
Contas vencidas - mais de 360 dias	160.204	216.091
Total	2.551.080	2.638.981

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, exceto pela Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, que em 31 de dezembro de 2009 representava 11,3% das contas a receber, líquidas, referentes a transações de comunicação móvel local, por chamadas de longa distância e uso de rede.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de contas a receber incluía R\$101.503 (R\$225.699 em 31 de dezembro de 2008) referentes a repasse de *co-billing* de outras operadoras cujos valores foram determinados com base em termos de compromisso, uma vez que os contratos ainda não foram assinados pelas partes. Existem ainda pendências de definição de responsabilidades pelas partes relacionadas à fraude, dependentes do órgão regulador, bem como de acordo entre as partes. A Companhia não espera perdas financeiras sobre o assunto em questão.

As movimentações das provisões para os créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, são como segue:

	2009	2008
Saldo no início do ano	357.855	344.701
Complemento de provisão (nota 21)	191.164	285.017
Baixas	(243.399)	(271.863)
Saldo no fim do ano	305.620	357.855

6. ESTOQUES

	31.12.09	31.12.08
Aparelhos celulares	381.270	683.468
Acessórios e outros	26.006	5.887
<i>Simcard (chip)</i>	8.273	47.951
(-) Provisão para obsolescência	(30.372)	(27.896)
Total	385.177	709.410

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1 Composição

	31.12.09	31.12.08
ICMS a recuperar	583.099	512.031
PIIS e COFINS a recuperar	285.152	271.992
Contribuição social e imposto de renda antecipados	65.411	158.216
Imposto de renda retido na fonte	57.309	128.672
Outros a recuperar	23.207	23.180
Total de impostos a recuperar	1.014.178	1.094.091
Contribuição social e imposto de renda diferidos	1.966.452	2.204.955
ICMS a apropriar	256.420	181.883
Total	3.237.050	3.480.929
Circulante	1.707.878	1.949.454
Não circulante	1.529.172	1.531.475

Conforme descrito na nota 3.q), a Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração nas áreas incentivadas da SUDAM (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima). Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	31.12.09	31.12.08
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.041.575	1.120.771
Crédito fiscal incorporado - reestruturação (b)	127.598	346.666
Créditos tributários sobre diferenças temporárias: (c)		
Depreciação acelerada	222.405	143.431
Fornecedores	133.504	140.796
Provisão para contingências e obrigações legais	125.433	116.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103.911	121.671
Provisão para desmobilização e perdas no ativo imobilizado	91.582	103.283
Provisão para programa de fidelização	21.044	33.720
Participação de empregados nos resultados	20.092	29.316
Provisão para obsolescência de estoques	10.326	9.485
Operações com derivativos	8.757	206
Outros valores	60.225	38.616
Total de tributos diferidos	1.966.452	2.204.955
Circulante	650.021	896.111
Não circulante	1.316.431	1.308.844

A parcela classificada no circulante refere-se à estimativa de reversão de diferenças temporárias, utilização de prejuízos fiscais e amortização de ágio prevista para os próximos doze meses. Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** representa o montante registrado que será compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios e não possui prazo de prescrição.

b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 7.2). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio, cujo prazo é entre 5 e 10 anos. Estudos de consultores jurídicos utilizados nos processos de reestruturação societária suportam a recuperação do valor nestes prazos.

c) **Crédito fiscal sobre diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2009, como definido pela Instrução CVM nº 371.

Em 31 de dezembro de 2009, o cronograma de realização dos referidos tributos diferidos era:

Exercício:	31.12.09
2010	890.641
2011	383.298
2012	333.823
2013	84.906
2014 em diante	273.784
Total	1.966.452

7.2 Crédito Fiscal Incorporado - Reestruturação

Anteriormente às transferências, foram constituídas provisões para manutenção do patrimônio líquido da incorporada e, conseqüentemente, o acervo líquido incorporado representa, em essência o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos ágios incorporados.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos, eram como segue:

	31.12.09			31.12.08		
	Ágio	Provisão	Líquido	Ágio	Provisão	Líquido
Global Telecom S.A. - Aquisição	302.066	(199.364)	102.702	416.503	(274.892)	141.611
Tele Centro Oeste Celular	-	-	-	-	-	-
Participações - Aquisição	46.540	(30.716)	15.824	251.582	(166.044)	85.538
Tele Leste Celular Participações S.A. - Privatização	26.687	(17.615)	9.072	58.856	(38.846)	20.010
Telesp Celular S.A. - Privatização	-	-	-	292.668	(193.161)	99.507
Total	375.293	(247.695)	127.598	1.019.609	(672.943)	346.666

As movimentações dos créditos fiscais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 são:

10. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

10.a) Composição

	31.12.09			31.12.08		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de transmissão	8.533.061	(6.257.799)	2.275.262	7.912.086	(5.803.118)	2.108.968
Infraestrutura	3.029.432	(1.703.123)	1.326.309	2.668.164	(1.512.162)	1.156.002
Equipamentos de comutação	3.858.941	(2.981.208)	877.733	3.748.848	(2.379.736)	1.369.112
Equipamentos terminais	2.633.825	(2.350.306)	283.519	2.260.736	(1.978.069)	282.667
Prédios	286.798	(91.622)	195.176	284.484	(82.199)	202.285
Terrenos	98.209	-	98.209	67.297	-	67.297
Outros ativos imobilizados	1.716.775	(1.199.058)	517.717	1.557.131	(1.047.854)	509.277
Bens e instalações em andamento	250.642	-	250.642	718.477	-	718.477
Total	20.407.683	(14.583.116)	5.824.567	19.217.223	(12.803.138)	6.414.085

Atendendo ao estabelecido no pronunciamento contábil CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas pela Companhia, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008. As premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 3i.

10.b) Movimentação

	Equipamentos de Transmissão			Equipamentos de Comutação			Equipamentos Terminais			Prédios			Terrenos			Outros ativos imobilizados			Imobilizado em andamento			Total
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	7.515.674	2.507.440	3.473.847	1.893.738	282.869	1.711	1.893.738	282.869	1.711	59.785	1.441.061	498.957	17.673.371									
Adições	61.504	34.070	1.711	379.599	26	8.802	94.580	1.361.558	1.941.850	-	-	-	-									
Baixas	(287.177)	(29.506)	(28.269)	(11.486)	(651)	(1.290)	(37.526)	(1)	(395.906)	-	-	-	-									
Transferências	622.085	156.160	301.559	(1.115)	2.240	-	59.016	(1.142.037)	(2.092)	-	-	-	-									
Saldos em 31 de dezembro de 2008	7.912.086	2.668.164	3.748.848	2.260.736	284.484	67.297	1.557.131	718.477	19.217.223													
Adições	15.139	38.701	-	387.395	-	30.696	95.718	1.041.846	1.609.495	-	-	-	-									
Baixas	(305.167)	(8.322)	(71.024)	(14.306)	(532)	(334)	(17.485)	-	(417.170)	-	-	-	-									
Transferências	911.003	330.889	181.117	-	2.846	550	81.411	(1.509.681)	(1.865)	-	-	-	-									
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.533.061	3.029.432	3.858.941	2.633.825	286.798	98.209	1.716.775	250.642	20.407.683													
Depreciação	(5.316.853)	(1.341.281)	(2.105.727)	(1.603.340)	(72.891)	-	(916.439)	-	(11.356.531)													
Adições (*)	(754.743)	(190.235)	(299.746)	(387.356)	(9.650)	-	(159.836)	-	(1.801.566)	-	-	-	-									
Baixas	263.825	20.849	27.469	11.467	258	-	30.717	-	354.585	-	-	-	-									
Transferências	4.653	(1.495)	(1.732)	1.160	84	-	(2.296)	-	374	-	-	-	-									
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(5.803.118)	(1.512.162)	(2.379.736)	(1.978.069)	(82.199)	-	(1.047.854)	-	(12.803.138)													
Adições (*)	(779.155)	(197.773)	(651.674)	(386.491)	(9.728)	-	(166.090)	-	(2.190.911)	-	-	-	-									
Baixas	324.442	6.831	50.247	14.254	301	-	14.962	-	411.037	-	-	-	-									
Transferências	32	(19)	(45)	-	4	-	(76)	-	(104)	-	-	-	-									
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(6.257.799)	(1.703.123)	(2.981.208)	(2.350.306)	(91.622)	-	(1.199.058)	-	(14.583.116)													
Imobilizado líquido																						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 10b).
 11.c) **Taxas de amortização**
 As taxas anuais de amortização praticadas são como segue:

	Taxa Anual (%)
Licença de autorização	6,67 a 20,00
Direito de uso de <i>software</i>	20,00
Fundo de comércio	Conforme prazos contratuais
Outros ativos intangíveis	6,67 a 20,00

12. DIFERIDO, LÍQUIDO

Refere-se a gastos pré-operacionais da Global Telecom (totalmente amortizados em 2009) e aos custos de formação de rede na região do Nordeste, incorridas em períodos anteriores a 1 de janeiro de 2009, que estão sendo amortizados pelo prazo de 10 anos, com os montantes líquidos de R\$29.864 e R\$55.393 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, conforme permitido pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Os ativos diferidos também são revisados anualmente com a finalidade de avaliar a sua recuperabilidade. Com base nas análises preparadas pela Companhia, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31.12.09	31.12.08
Fornecedores	1.868.853	2.563.707
Valores a repassar (a)	351.135	347.162
Interconexão e interligação	287.894	196.217
Assistência técnica	100.484	170.178
Outros	43.715	51.409
Total	2.652.081	3.328.673

(a) Referem-se às chamadas VC2, VC3 e deslocamento faturados aos nossos clientes e repassados às operadoras de longa distância.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.09	31.12.08
Tributos Correntes:		
ICMS	711.259	629.049
PIS e COFINS	130.261	108.705
FISTEL	86.553	31.153
Imposto de renda e contribuição social correntes	40.329	49.800
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.187	16.187
FUST e FUNTEL	10.472	10.431
Outros impostos, taxas e contribuições	13.889	15.413
Total	1.008.950	860.738

Obrigações Legais:

CIDE (a)	80.897	80.693
(-) CIDE - Depósitos judiciais (a)	(62.625)	(57.004)
PIS e COFINS (b)	3.216	35.070
(-) PIS e COFINS - Depósitos judiciais (b)	(2.496)	(27.167)
Outros impostos, taxas e contribuições (c)	4.834	4.507
Total	23.826	36.099
Total	1.032.776	896.837
Circulante	734.684	650.320
Não circulante	298.092	246.517

Tributos Correntes:
 Em 31 de dezembro de 2009, da parcela do não circulante, R\$271.611 (R\$217.763 em 31 de dezembro de 2008) referiam-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Composição da dívida**

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.09	31.12.08
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	URTIJLP (*)	TJLP + 4,3% a.a. a 4,6% a.a.	15/01/2010 a 15/08/2014	1.470.063	1.422.387
Banco Europeu de Investimentos - BEI	USD	4,18% a.a a 4,47% a.a.	01/03/2010 a 02/03/2015	635.066	741.301
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	R\$	10% a.a	29/01/2010 a 30/10/2016	587.627	361.590
Resolução 2770	R\$	IGP-M + 9,45% a.a.	09/02/2010	176.016	156.703
Resolução 2770	USD	5,94% a.a	23/07/2010	95.327	155.708
Resolução 2770	JPY	2,60% a.a	18/01/2011	26.415	1.339.982
Capital de giro				-	254.421
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	UMBND (**)	8,85% a.a	15/01/2010 a 15/07/2011	4.327	9.491
Comissão BBVA		0,43% a.a.	01/03/2010 a 28/02/2015	188	272
Financiamento Licenças 3G - Anatel				-	1.196.137
Outros				-	96
Total				2.995.029	5.638.088
Circulante				688.397	1.811.703
Não circulante				2.306.632	3.826.385

(*) URTIJLP - Unidade de referência da taxa de juros de longo prazo, utilizada pelo BNDES nos contratos de financiamento como moeda contratual.
 (**) UMBND - Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES nos contratos de financiamento como moeda contratual.

Durante o exercício de 2009 foram liberadas as parcelas da linha de financiamento junto ao Banco Nacional do Nordeste do Brasil ("BNB") sendo: R\$124.571 em maio de 2009 e R\$134.775 em outubro de 2009. Com a parcela liberada em dezembro de 2008 no valor de R\$129.654 totalizou em R\$389.000.

b) **Cronograma de pagamento**

Em 31 de dezembro de 2009, os montantes não circulantes tinham a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31.12.09
2011	473.867
2012	435.364
2013	434.047
2014	469.108
2015	440.218
Após 2015	54.028
Total	2.306.632

Bancos	Valor do empréstimo/financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	R\$1.470.063 (URTIJLP)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato R\$1.441.234: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) Econômico e vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato R\$33.157: caução de 15% dos recebíveis referente à receita de serviços. Vivo Participações é interveniente garantidora.
Banco Europeu de Investimento - BEI	R\$635.066	<ul style="list-style-type: none"> Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Portugal.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$587.627	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Vivo Participações é interveniente fiadora.

c) **Financiamento Licenças 3G**

Em 28 de agosto, 25 de setembro e 22 de outubro de 2009, a Companhia, liquidou integralmente os valores devidos à ANATEL referentes aos Termos de Autorização das frequências de 3ª geração, Banda J, Largura 10+10 Mhz, período de autorização de 15 anos, renováveis uma única vez por mais 15 anos, conforme as áreas de registro listadas no quadro a seguir:

Termo n°	Áreas de Registro (Estados)	Valores pagos
21/2008/SPV - ANATEL	SP (exceto setores 32 e 33 do PGO)	243.407
17/2008/SPV - ANATEL	PR e SC	235.128
9/2008/SPV - ANATEL	RJ	219.334
18/2008/SPV - ANATEL	RS (exceto setor 30 do PGO)	178.033
7/2008/SPV - ANATEL	BA	84.292
15/2008/SPV - ANATEL	GO e TO	59.175
16/2008/SPV - ANATEL	DF	54.455
20/2008/SPV - ANATEL	AL, CE, PB, PE, PI e RN	42.845
19/2008/SPV - ANATEL	AM, AP, PA, MA e RR	33.973
10/2008/SPV - ANATEL	ES	32.057
13/2008/SPV - ANATEL	MT	26.889
14/2008/SPV - ANATEL	MS (Exceto setor 22 do PGO)	13.484
8/2008/SPV - ANATEL	SE	12.249
12/2008/SPV - ANATEL	RO	6.511
60/2008/SPV - ANATEL	SP (setor 33 do PGO)	3.918
11/2008/SPV - ANATEL	AC	3.792
61/2008/SPV - ANATEL	MS, GO e RS (setores 22, 25 e 30 do PGO)	2.647
59/2008/SPV - ANATEL	SP (setor 32 do PGO)	1.301.104

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

16.1) **Composição**

A composição dos saldos das provisões em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 era como segue:

	31.12.09	31.12.08	
Provisões	(-) Depósitos judiciais	Líquido	
Cíveis	150.682	(65.183)	85.499
Trabalhistas	71.711	(34.548)	37.163
Tributárias	27.767	-	27.767
Total	250.160	(99.731)	150.429
Circulante	59.315	-	59.315
Não circulante	190.845	-	91.114

16.2) **Movimentação**
 A movimentação das provisões para contingências líquidas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, era como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31.12.07, líquidos depósitos judiciais	149.581	41.905	6.752	198.238
Ingressos (reversões), líquidos (nota 23)	88.949	14.248	15.769	118.966
Pagamentos	(122.689)	(11.829)	(1.821)	(136.339)
Atualização monetária	1.044	-	6.552	7.596
Depósitos judiciais	(671)	(10.943)	-	(11.614)
Saldos em 31.12.08, líquidos depósitos judiciais	116.214	33.381	27.252	176.847
Ingressos (reversões), líquidos (nota 23)	96.032	24.478	308	120.818
Pagamentos	(101.683)	(17.451)	(563)	(119.697)
Atualização monetária	(374)	-	770	396
Depósitos judiciais	(24.690)	(3.245)	-	(27.935)
Saldos em 31.12.09, líquidos depósitos judiciais	85.499	37.163	27.767	150.429
Circulante	55.993	2.179	1.143	59.315
Não circulante	29.506	34.984	26.624	91.114

16.3) **Comentários/Detalhamento**

16.3.1. **Processos Tributários**

Perda Provável

a) **ICMS**

Em 31 de dezembro de 2009, a Vivo (RJ, SP, AM e RR), mantinha discussões administrativas e judiciais em curso, relacionadas ao ICMS que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável e, portanto, estavam provisionadas no montante de R\$24.759 (R\$23.554 em 31 de dezembro de 2008).

b) **Tributos Federais**

Em 31 de dezembro de 2009, a Vivo mantinha discussões administrativas relativas a tributos federais (IRRF/IRPJ/PIS/COFINS) os quais, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estavam provisionados R\$2.824 (R\$2.410 em 31 de dezembro de 2008).

c) **Outros**

Em 31 de dezembro de 2009, a Vivo mantinha discussões administrativas relacionadas a outros tributos que perfazem o montante de R\$184 (R\$1.288 em 31 de dezembro de 2008), as quais estavam provisionadas com base na opinião de seus consultores jurídicos.

Perda Possível

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

Em 31 de dezembro de 2009 o montante total envolvido era de R\$3.129.602 (R\$2.389.285 em 31 de dezembro de 2008), descritos a seguir:

a) **Tributos Estaduais**

A Companhia possui diversas ações em discussões administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais relacionadas ao ICMS, em todo o território nacional, as quais são descritas a seguir:

- Em 31 de dezembro de 2009, as discussões da Vivo (DF, AC, PA, MS, MT, GO, RR, RO, TO e AM), totalizavam R\$160.233 (R\$109.220 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação; ii) ICMS sobre chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior; iii) falta de estorno proporcional de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado utilizado na prestação de serviços de comunicação e/ou nas saídas de mercadorias isentas ou não tributadas; iv) ICMS sobre prestação não-onerosa de serviços de telecomunicações, caracterizada pela doação de créditos para serem consumidos no plano de serviço pré-pago; v) não-inclusão, na base de cálculo do ICMS, da multa e dos juros de mora cobrados de clientes inadimplentes; vi) supostos descumprimentos de obrigações acessórias; vii) outros relacionados com a comercialização de mercadorias; viii) multa de mora e denúncia espontânea; ix) ICMS sobre a falta de pagamento do tributo por substituição tributária pelas operações posteriores; x) ICMS sobre créditos de energia elétrica; xi) ICMS decorrente da diferença do imposto apurado pela Embratel no DETRAFF; xii) ICMS sobre anulação de prestação de serviços de telecomunicação; e xiii) supostas vendas com descontos condicionados.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (PR), totalizavam R\$6.852 (R\$7.267 em 31 de dezembro de 2008), cujo principal objeto era o recolhimento do ICMS fora do prazo e creditamento relativo a bens do ativo fixo.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (BA) totalizavam R\$51.577 (R\$43.040 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) recolhimento do ICMS fora do prazo no período compreendido entre fevereiro e março de 1998; iv) ICMS incidente sobre serviços complementares de comunicação; v) falta de estorno do crédito do ICMS relativo a longa distância e call center; vi) ICMS sobre habilitação; e vii) créditos de ICMS de valores estornados em virtude de reclamações de clientes.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (SE) totalizavam R\$33.167 (R\$35.406 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativos às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) ICMS sobre a saída de mercadorias a título de consignação; e iv) ICMS incidente sobre "serviços complementares de comunicação".
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (ES) totalizavam R\$3.691 (R\$7.019 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) crédito indevido de ICMS; e ii) obrigações acessórias em relação à escrituração de notas fiscais.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (RJ) totalizavam R\$183.158 (R\$150.268 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) ICMS incidente sobre "serviços complementares de comunicação"; ii) ICMS sobre habilitação; iii) ICMS sobre chamadas originadas de terminais administrativos e testes; iv) ICMS incidente sobre os serviços prestados a outras operadoras de telecomunicações à determinados clientes não beneficiários de isenção; v) ICMS sobre chamadas internacionais; vi) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado; vii) ICMS sobre prestação não onerosa de serviço de telecomunicação; viii) crédito de ICMS relativo à energia elétrica; ix) ICMS sobre prestação de serviços conexos aos de telecomunicações; x) ICMS sobre adicional ao FCEP (Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza) decorrente da prestação de serviços conexos aos de telecomunicações; e xi) glosa de incentivos fiscais de ICMS referentes a projetos culturais e multas.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (RS) totalizavam R\$22.550 (R\$28.047 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) recolhimento do ICMS fora do prazo; e ii) ICMS sobre energia elétrica.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (SP) totalizavam R\$149.953 (R\$118.685 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) créditos indevidos de ICMS; ii) crédito indevido referente ao lançamento de valores a título de créditos extemporâneos; iii) créditos de ICMS de valores estornados em virtude de reclamações de clientes (Convênio 39/01); e iv) ICMS sobre descontos tidos como incondicionados.
- Em 31 de dezembro de 2009, os processos da Vivo (SC) totalizavam R\$685 (R\$3.876 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos eram: i) apropriação de crédito de imposto em limite superior ao permitido pela legislação tributária, relativo a entradas de mercadorias cuja saída goza do benefício da redução da base de cálculo; e ii) multa por descumprimento de obrigação legal.

b) **Tributos Federais**

A Companhia está envolvida em diversas ações tributárias no âmbito federal em todo o território nacional, as quais são descritas a seguir:

- Discussão administrativa relativa à majoração de base de cálculo de PIS a qual em 31 de dezembro de 2009 totalizava R\$514 (R\$8.580 em 31 de dezembro de 2008). O processo aguarda julgamento de última instância administrativa.
- Discussão administrativa relativa a uma atuação de COFINS no valor de R\$9.882 em 31 de dezembro de 2009 (R\$9.663 em 31 de dezembro de 2008), referente a deduções relativas a perdas incorridas com operações de derivativos na apuração da base de cálculo desta contribuição. A discussão encontra-se aguardando julgamento perante o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- Autuações fiscais que totalizavam R\$159.666 em 31 de dezembro de 2009 (R\$148.467 em 31 de dezembro de 2008), cujos objetos eram: i) aproveitamento de parte da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido apurada no ano 1997 pela Companhia que lhe dera origem por meio de cisão parcial; ii) suposto recolhimento a menor de IRPJ e CSLL, pelo fato de a fiscalização não ter reconhecido como dedutíveis determinadas despesas; iii) alegado recolhimento insuficiente de IRRF em remessas efetuadas para o exterior; e iv) ajustes das bases de cálculo do IRPJ e CSLL decorrentes da redução do prejuízo fiscal declarado pela empresa. As discussões relativas aos processos acima encontravam-se em esfera administrativa.
- Autuações fiscais que totalizavam R\$67.311 em 31 de dezembro de 2009 (R\$42.129 em 31 de dezembro de 2008), relativas a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF, cujos objetos eram: i) compensação indevida de prejuízos fiscais de natureza não operacional com lucro operacional apurado em período posterior; ii) suposta insuficiência no recolhimento de tributos; iii) não confirmação da retenção do imposto de renda sobre aplicações financeiras em DIRF; e iv) multa isolada sobre o valor escriturado/declarado e o pago.
- Discussões administrativas e judiciais que totalizavam R\$17.569 em 31 de dezembro de 2009 (R\$18.937 em 31 de dezembro de 2008), relativas à insuficiência no recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente a ilegal imputação proporcional dos tributos, tendo em vista a descon sideração sobre a ocorrência da denúncia espontânea. A Companhia está envolvida em discussões exclusivamente relacionadas à ocorrência da denúncia espontânea destes tributos.
- Discussões administrativas e judiciais visando deconstituir saldo devedor relativo a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF. Trata-se de débitos atidos no sistema SIEF em razão de declarações prestadas pelo particular (DCOMP - Declaração de Compensação e PER/DCOMP - Declaração de Compensação enviada eletronicamente), não homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Encontram-se aguardando o término da discussão administrativa e julgamento final na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2009 o valor envolvido era de R\$432.388 (R\$197.864 em 31 de dezembro de 2008).
- Autuações fiscais que totalizavam R\$311.090 em 31 de dezembro de 2009 (R\$299.101 em 31 de dezembro de 2008), relativamente à cobrança de supostos débitos de IRPJ e de CSLL, referentes à amortização supostamente indevida do ágio apurado na aquisição das participações da Companhia Riograndense de Telecomunicações ("CRT") nos anos calendário de 1997 e 1998. Tal exigência aguarda julgamento de Recurso perante o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

• **FUNTEL:** A Companhia impetrou Mandado de Segurança em face do Presidente do Conselho Gestor do FUNTEL e do Secretário Interino do Ministério das Comunicações a fim de assegurar seu direito líquido e certo de calcular e recolher as contribuições ao FUNTEL, nos termos da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, sem a inclusão dos valores das transferências recebidas a título de provimento de interconexão e uso dos recursos integrantes de suas redes, tal como expressamente previsto no artigo 6º, parágrafo 4º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, sendo deferida a liminar neste sentido. Em outubro de 2008, foi proferida sentença de 1ª instância favorável às operadoras. Sendo assim, em função da sentença de 1ª instância, encontra-se suspensa a exigibilidade do FUNTEL sobre receitas de interconexão.

O Ministério das Telecomunicações emitiu notificações de lançamento do FUNTEL com relação às receitas de interconexão. Os consultores jurídicos apresentaram impugnação administrativa ainda pendente de julgamento.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante envolvido era de R\$151.625 (R\$106.101 em 31 de dezembro de 2008).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

• **FISTEL:** A Companhia detém autorizações, outorgadas pelo Poder Público por meio do Termo de Autorização, para explorar o Serviço Móvel Pessoal, por tempo indeterminado; e outras para fazer uso das radiofrequências em caráter primário, pelo tempo remanescente da primeira licença, prorrogável por mais quinze anos.

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI referente à emissão das novas licenças que incidem sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces. Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que, seria aplicável o artigo 9º, inciso III da Resolução nº 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que as cobranças de TFI sobre as estações móveis é indevida, a Companhia mantém discussões administrativas perante a ANATEL, as quais aguardam julgamento.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor envolvido era de R\$976.316 (R\$827.020 em 31 de dezembro de 2008).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

• **EBC (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública):** Em 26 de maio de 2009, o SINDITELEBRASIL - Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido Sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão, o qual em 31 de dezembro de 2009 era de R\$56.773. No presente momento, o processo aguarda decisão de 1ª instância.

• **Outros:** A Companhia possuía outras causas avaliadas com probabilidade de perda possível que totalizam R\$2.898 em 31 de dezembro de 2009 (R\$3.046 em 31 de dezembro de 2008).

c) Tributos Municipais

A Companhia está envolvida em diversas ações tributárias no âmbito municipal, as quais são descritas a seguir:

• Por entender que a cessão de uso de redes de telecomunicações configura serviço de comunicação sujeito à incidência do ICMS, e não locação de bens móveis, a Companhia foi autuada nos municípios de Salvador e Porto Alegre, os quais exigem o pagamento do ISS sobre a tarifa de uso da rede móvel (TUM). Em 31 de dezembro de 2009 o valor envolvido era de R\$57.345 (R\$56.910 em 31 de dezembro de 2008). A discussão administrativa em Salvador aguarda decisão de 2ª instância. Em Porto Alegre, a decisão foi favorável à Companhia.

• Discussão administrativa relativa ao ISS em outros municípios que, em 31 de dezembro de 2009, totalizavam R\$37.869 (R\$32.886 em 31 de dezembro de 2008), cujos principais objetos são: i) ISS sobre serviços suplementares de telefonia, de valor adicionado aos de telefonia, de publicidade, habilitação, identificador de chamadas e assinatura em telefonia; e ii) não retenção do ISS sobre serviços de consultoria prestados pela Telefônica International (TISA) à Companhia. Os processos encontram-se em discussão, alguns em esfera administrativa e outros na esfera judicial.

16.3.2. Processos Cíveis

Inclui demandas cíveis, em diversas esferas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

a) Consumidores

A Companhia possui diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais ou por associações civis que representam os direitos dos consumidores os quais reivindicam o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Individualmente, nenhum destes processos é considerado relevante.

Em 31 de dezembro de 2009, com base na opinião de seus consultores jurídicos, foram contabilizados R\$131.667 (R\$141.273 em 31 de dezembro de 2008), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza com expectativa de perda possível era de R\$487.469 (R\$454.689 em 31 de dezembro de 2008).

b) ANATEL

A Companhia possui diversos processos administrativos instaurados pela ANATEL, referentes ao não cumprimento da Regulação relativa ao Serviço Móvel Pessoal - SMP. Em 31 de dezembro de 2009 foram contabilizados R\$16.008 (R\$14.769 em 31 de dezembro de 2008), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão dos processos desta natureza com expectativa de perda possível era de R\$5.770 (R\$12.316 em 31 de dezembro de 2008).

c) Outros

Referem-se a ações de outras naturezas, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2009, com base na opinião de seus consultores jurídicos foram contabilizados R\$3.007 (R\$665 em 31 de dezembro de 2008), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza com expectativa de perda possível era de R\$36.420 (R\$20.432 em 31 de dezembro de 2008).

16.3.3. Processos Trabalhistas

Incluem diversas demandas trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Em 31 de dezembro de 2009, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza com expectativa de perda possível era de R\$190.324 (R\$181.715 em 31 de dezembro de 2008).

16.4) Garantias

A Companhia concedeu garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

Processo	Imóveis e Equipamentos	Depósitos Judiciais	Cartas Fiança	Total
Tributários	63.940	-	248.613	312.553
Cíveis e trabalhistas	8.773	99.731	8.926	117.430
Total	72.713	99.731	257.539	429.983

Além das garantias citadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui valores em garantia a processos judiciais (depósitos bloqueados judicialmente) no montante de R\$47.879.

16.5) Auditorias Fiscais

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 5 a 30 anos.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.09	31.12.08
Receitas diferidas	463.291	408.366
Provisão para desimobilização de ativos (a)	129.704	167.850
Provisão programa de fidelização	61.894	99.178
Grupamento de ações (b)	43.582	43.765
Provisão para fundo de pensão (nota 27)	6.506	5.245
Obrigações com empresas do grupo	710	3.820
Outras	8.712	8.431
Total	714.399	736.655
Circulante	571.504	557.495
Não circulante	142.895	179.160

(a) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de ter que se devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios-base - ERB) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

(b) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é composto por 3.810.478 ações ordinárias sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$289.238, decorrente da capitalização de parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício fiscal gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Nesta data, o capital social passou de R\$5.409.318 para R\$5.698.556.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$300.000, em espécie, pela controladora, sem alteração na quantidade de ações representativas de seu capital social. Nesta data, o capital social passou para R\$5.998.556.

b) Reservas de Capital

b.1) Ágio na Emissão de Ações

Esta reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação, na data de emissão.

b.2) Reserva Especial de Ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência dos processos de Reestruturação Societária descritos na nota 7.2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, sem a emissão de novas ações.

Conforme descrito na nota 7.2, em 12 de fevereiro de 2009, foi aprovada e realizada a capitalização de R\$289.238 em favor da controladora.

b.3) Juros sobre Obras em Andamento

Representa os valores de juros sobre obras que, em certo período de tempo, financiaram a expansão da rede.

b.4) Doações e Subvenções

Representa os valores recebidos por doação referente a imobilizações decorrentes de expansão da rede.

b.5) Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração nas áreas incentivadas da SUDAM onde a Companhia atua nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Acre. O montante desta reserva refere-se aos benefícios fiscais calculados e reconhecidos até 31 de dezembro de 2007.

Em decorrência da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008), os incentivos fiscais apurados a partir de 2008 devem ser classificados como Reservas de Lucro.

c) Reservas de Lucro

c.1) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias, conforme o disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

c.2) Reserva para Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração nas áreas incentivadas da SUDAM onde a Companhia atua nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Acre, apurada com base no resultado de 2008. Em 2009, a Companhia reconheceu o montante de R\$6.935, relativo a este benefício fiscal, apurado com base no exercício de 2008. O benefício fiscal referente ao exercício de 2009 será apurado e reconhecido durante o exercício de 2010.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

c.3) Reserva para Expansão

A reserva para expansão foi constituída visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e do saldo da conta de lucros. Esta reserva é suportada por orçamento de capital aprovado em assembleia de acionistas.

d) Lucros Acumulados

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 17 de março de 2009, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2008 no montante de R\$994.174, com R\$49.709 aplicados para Reserva Legal e R\$380.037 como juros sobre o capital próprio bruto (R\$323.032, líquidos do imposto de renda retido na fonte). Ainda foi aprovada a transferência do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R\$564.428 para Reserva para Expansão, com base no orçamento de capital proposto para o exercício de 2009, conforme previsto no artigo 196 e observado o disposto no artigo 198 da Lei 6.404/76 e arts. 17, § 1º, e 18, do Estatuto Social.

Conforme modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/76.

e) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de março de 2009, foi deliberado o pagamento dos juros sobre o capital próprio bruto no montante de R\$380.037 (R\$323.032, líquidos do imposto de renda retido na fonte).

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com o Estatuto Social e a Lei 6.404/76, artigo 202, I, II e III.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	31.12.09	31.12.08
Apropriação à reserva legal	1.066.882	994.174
Lucro líquido ajustado	(53.344)	(49.709)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.013.538	944.465
Número de ações ordinárias	253.385	236.116
Juros sobre o capital próprio propostos (bruto)	3.810.478	3.810.478
Imposto de renda retido na fonte	397.603	380.037
Juros sobre o capital próprio propostos (líquido)	(59.640)	(57.005)
Dividendos propostos	337.963	323.032
Dividendos complementares propostos	615.935	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (líquido)	299.417	-
Juros sobre o capital próprio propostos por ação (R\$)	1.253.315	323.032
Dividendos propostos por ação (R\$)	88,692958	99,734731
Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas, prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento, conforme artigo 287, inciso II, item a), da Lei nº 6.404/76.	240,219731	-

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2009	2008
Assinatura e utilização	9.201.912	9.029.193
Interconexão	5.605.791	5.620.905
Serviços de dados e SVA's	2.752.316	1.896.056
Outros serviços	153.616	220.976
Receita bruta de serviços de telecomunicações	17.713.635	16.767.130
ICMS	(3.117.760)	(2.896.565)
PIS e COFINS	(643.417)	(611.226)
Descontos concedidos	(522.972)	(492.982)
ISS	(6.098)	(4.980)
Receita operacional líquida de serviços de telecomunicações	13.423.388	12.761.377
Receita bruta da venda de mercadorias	2.747.655	3.101.704
Descontos concedidos	(932.267)	(1.009.701)
ICMS	(295.345)	(307.231)
PIS e COFINS	(154.693)	(182.970)
Devolução de vendas	(134.914)	(113.951)
Receita operacional líquida da venda de mercadorias	1.230.436	1.487.851
Total da receita operacional líquida	14.653.824	14.249.228

Não havia cliente que tinha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os principais instrumentos financeiros, e seus respectivos valores por categoria, eram como seguem:

	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	842.069	-	842.069	1.223.473	-	1.223.473
Aplicações financeiras em garantia	88.269	-	88.269	84.810	-	84.810
Contas a receber, líquidas	-	2.245.460	2.245.460	-	2.281.126	2.281.126
Operações com derivativos	143.552	-	143.552	632.751	-	632.751
Outros ativos	-	345.116	345.116	-	329.103	329.103
Passivos						
Pessoal, encargos e benefícios sociais	-	137.414	137.414	-	160.605	160.605
Fornecedores e contas a pagar	-	2.652.081	2.652.081	-	3.328.673	3.328.673
Impostos, taxas e contribuições	-	1.032.776	1.032.776	-	896.837	896.837
Empréstimos e financiamentos	932.824	2.062.205	2.995.029	2.393.693	3.244.395	5.638.088
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	1.145.000	1.145.000	-	235.786	235.786
Operações com derivativos	149.534	-	149.534	134.762	-	134.762
Outras obrigações	-	714.399	714.399	-	736.655	736.655

b) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 15, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas

20. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2009	2008
Interconexão	(1.980.091)	(1.936.355)
Depreciação	(1.656.386)	(1.277.252)
Impostos, taxas e contribuições	(772.561)	(603.056)
Serviços de terceiros	(572.493)	(500.101)
Amortização	(408.005)	(278.121)
Aluguéis, seguros e condomínios	(304.483)	(248.304)
Meios de conexão	(256.144)	(215.823)
Pessoal	(123.668)	(107.152)
Outros insumos	(22.615)	(25.353)
Custo dos serviços prestados	(6.096.446)	(5.191.517)
Custo das mercadorias vendidas	(1.832.752)	(2.249.389)
Total	(7.929.198)	(7.440.906)

21. DESPESAS COM VENDAS

	2009	2008
Serviços de terceiros	(1.999.693)	(1.810.150)
Depreciação	(418.034)	(416.906)
Fidelização de clientes	(406.368)	(394.904)
Publicidade e propaganda	(380.744)	(394.202)
Pessoal	(330.890)	(281.502)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(191.164)	(285.017)
Amortização	(86.691)	(88.128)
Aluguéis, seguros e condomínios	(69.132)	(61.528)
Outros insumos	(



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos "pré-ativados" é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao CDI, e das posições passivas em derivativos (*hedge* cambial e de IGPM) contratados a taxas flutuantes, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito. A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP, que se manteve em 6,25% a.a. de julho de 2007 até o final de junho de 2009. A partir de julho de 2009, foi anunciada redução da taxa para 6,00% a.a. com impacto positivo sobre esta parcela da dívida. Até o encerramento do ano de 2009 a taxa se manteve em 6,00% a.a.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$801.317 principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI.

Risco de Taxas de Câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira. A Companhia contratou operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira. Os instrumentos utilizados foram contratos de *swap*.

O quadro a seguir, resume a exposição líquida da Companhia ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	31.12.09		31.12.08	
	US\$	¥	US\$	¥
Empréstimos e financiamentos	(419.584)	(1.404.398)	(383.946)	(51.937.288)
Empréstimos e financiamentos - UMBNDES (a)	(2.485)	-	(4.061)	-
Instrumentos derivativos	421.070	1.404.398	387.310	51.937.288
Total (insuficiência de cobertura)	(999)	-	(697)	-

(a) UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelo BNDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, sendo a principal moeda o dólar norte-americano, razão pela qual a Companhia a considera na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio.

Além dos valores acima informados, a Companhia apresenta passivos em moeda estrangeira referente a outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo de outras obrigações em moeda estrangeira era de US\$32.925 e €11.961 (US\$33.104 e €20.044 em 31 de dezembro de 2008).

c) Operações com Derivativos

A Companhia firmou contratos de *swap* de moeda estrangeira com montante *notional* de US\$415.637 e JPY1.338.853 em 31 de dezembro de 2009 (US\$435.606 e JPY5.159.615 em 31 de dezembro de 2008) e contratos de *swap* indexados ao IGPM no montante de *notional* de R\$110.000 (R\$110.000 em 31 de dezembro de 2008).

Descrição	Valor de referência (<i>notional</i>)		Valor Justo		Efeito Acumulado	
	31.12.09	31.12.08	31.12.09	31.12.08	31.12.09	31.12.08
Contratos de swap						
Posição Ativa						
(1) Moeda Estrangeira	728.040	1.583.356	759.581	2.245.126	158.118	713.641
Abn Amro	USD	78.079	95.327	112.188	3.026	33.232
Banco do Brasil	JPY	22.225	26.415	504.863	-	180.674
Bradesco	USD	-	29.128	43.676	-	13.125
Citibank	USD	181.230	181.230	174.296	205.044	36.069
Itaú	USD	-	643	-	657	-
JP Morgan	USD	443.207	443.207	460.769	536.433	119.023
Pactual	USD	-	1.812	-	1.892	-
Santander	JPY	-	542.296	-	835.118	-
Votorantim	USD	3.299	5.062	2.774	5.255	-
(2) Taxa pré (IGPM)	110.000	110.000	176.016	156.703	14.357	15.623
Unibanco	IGPM	110.000	110.000	176.016	156.703	14.357
Taxa pós (CDI)	(728.040)	(1.583.356)	(750.997)	(1.666.247)	149.534	134.762
Abn Amro	CDI	(78.079)	(92.301)	(78.955)	-	-
Banco do Brasil	CDI	(22.225)	(301.899)	(27.453)	(324.189)	1.038
Bradesco	CDI	-	(29.128)	-	(30.551)	-
Citibank	CDI	(181.230)	(181.230)	(177.852)	(177.882)	39.626
Itaú	CDI	-	(643)	-	(1.172)	515
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(446.791)	(452.853)	105.043
Pactual	CDI	-	(1.812)	-	(3.144)	1.252
Santander	CDI	-	(542.296)	-	(588.284)	-
Votorantim	CDI	(3.299)	(5.062)	(6.600)	(9.217)	3.827
Taxa pós (CDI)	(110.000)	(110.000)	(161.659)	(141.080)	-	-
Unibanco	CDI	(110.000)	(110.000)	(161.659)	(141.080)	-
Ponta Ativa			172.475	729.264	172.475	729.264
Provisão de Imposto de Renda Retido na Fonte			(28.923)	(96.513)	(28.923)	(96.513)
Ponta Passiva			(149.534)	(134.762)	(149.534)	(134.762)
Valores a receber (a pagar) líquidos de IRRF			(5.982)	497.989	(5.982)	497.989

(1) *Swaps* de moeda estrangeira x CDI (R\$759.581) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2015, com o objetivo de proteger riscos de variação cambial das operações de financiamento com estas características (valor contábil de R\$761.323).

(2) *Swap* IGPM x CDI (R\$176.016) - operações de *swap* contratadas com vencimento em 2010 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das dívidas em IGPM (valor contábil de R\$176.016).

Para as demais exposições ao CDI (pontas passivas de *swaps*), a Companhia tem, como "hedge natural" parcial, aplicações financeiras de curto prazo baseadas na variação do CDI (R\$801.317 em 31 de dezembro de 2009). Os valores contábeis destas aplicações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2009 temos os saldos de R\$143.552 e R\$149.534 registrados no ativo (líquidos de IRRF) e no passivo, respectivamente, para reconhecer a posição líquida de derivativos naquela data.

Os ganhos e perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, agrupados pelos contratos firmados, foram registrados nas contas de resultado (nota 24), conforme requerido na Instrução CVM 475/08.

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos valores a receber (a pagar) oriundos dos *swaps* em 31 de dezembro de 2009:

Descrição	Vencimento em			Valor a receber (a pagar) em 31.12.09
	2010	2011	2012 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI				
Abn Amro	3.026	-	-	3.026
Banco do Brasil	-	(1.038)	-	(1.038)
Citibank	(8.397)	(10.859)	(9.542)	25.241
JP Morgan	(17.695)	(26.759)	(24.384)	82.818
Votorantim	(2.576)	(1.251)	-	(3.827)
Total	(25.642)	(39.907)	(33.926)	108.059
IGPM x CDI				
Unibanco	14.357	-	-	14.357
Total	14.357	-	-	14.357
Total	(11.285)	(39.907)	(33.926)	108.059
Ponta Ativa				172.475
Ponta Passiva				(149.534)
Saldo antes do imposto de renda retido na fonte				22.941
Provisão de imposto de renda retido na fonte				(28.923)
Saldo de ajuste de balanço patrimonial				(5.982)

f) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Instrução CVM 550/08 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração que a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&Fbovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de sua dívida financeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Conforme requerido pela Lei 11.638/07, a Companhia começou a aplicar o CPC 14 desde a data de transição em 1 de janeiro de 2007. O CPC 14 deve ser aplicado a todos os instrumentos derivativos, e requer que tais instrumentos sejam contabilizados no balanço patrimonial mensurados por seu valor justo. Alterações no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, salvo se forem atendidos critérios específicos para contabilização como *hedge*. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* são ajustados mensalmente ao valor justo, observado o seguinte: para aqueles classificados na categoria *hedge* de valor justo e avaliados como efetivos, a valorização ou a desvalorização do valor justo do item instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* deve ser registrada em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado. A Companhia começou a designar certos contratos de *swap* como *hedged* de valor justo de uma porção das dívidas em moeda estrangeira (Dólar dos EUA, Iene Japonês e IGPM). A Companhia calculou a efetividade destes *hedged* em bases contínuas (pelo menos trimestralmente) e, em 31 de dezembro de 2009, os *hedged* contratados foram efetivos em relação às dívidas objeto desta cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme o CPC 14, a dívida coberta também é ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

A CVM, através da Deliberação nº 550, emitida em 17 de outubro de 2008 e da Instrução nº 475, emitida em 17 de dezembro de 2008, estabeleceu que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo em seu balanço patrimonial.

d) Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm o objetivo de proteção de risco cambial e de variações nas taxas de juros externas e locais decorrentes de dívidas, conforme política corporativa de gestão de riscos. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso no objeto que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e 99,8% dos passivos cambiais financeiros estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos, que na opinião da Administração são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

e) Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&Fbovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps* divulgados pela BM&Fbovespa.

O valor de mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros divulgados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

A Companhia, através da sua assessoria atuarial, elaborou estudos considerando os impactos da ação ordinária nº 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Seguridade Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefônica e a Telesp Celular (empresa incorporada pela Vivo), relacionada a alteração na forma de custeio e revisão de outros benefícios do PAMA. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2009 a probabilidade de perda foi classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2009, o montante envolvido era de R\$1.517 (R\$1.475 em 31 de dezembro de 2008).

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em "Outras Obrigações" (nota 17).

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371 sobre tais planos:

	2009	2008
PAMA	6.506	4.726
TCP Prev	-	519
TCO Prev	6.506	5.245

a) Conciliação dos Ativos e Passivos

	2009		
	Total do passivo atuarial	Valor justo dos ativos	Passivo (ativo) líquido
Vivo Prev (ii)	23.543	(25.508)	(1.965)
PAMA (i)	9.130	(2.624)	6.506
PBS (ii)	29.971	(36.436)	(6.465)
PBS-A (i) e (ii)	20.747	(28.296)	(7.549)
TCP Prev	289	(561)	(272)
TCO Prev (ii)	22.587	(34.428)	(11.841)
Visão (ii)	297	(10.392)	(10.095)

	2008		
	Total do passivo atuarial	Valor justo dos ativos	Passivo (ativo) líquido
Vivo Prev (ii)	16.993	(26.747)	(9.754)
PAMA (i)	7.347	(2.621)	4.726
PBS (ii)	26.762	(32.283)	(5.521)
PBS-A (i) e (ii)	30.646	(41.722)	(11.076)
TCP Prev	519	-	519
TCO Prev (ii)	21.905	(29.004)	(7.099)
Visão (ii)	379	(5.774)	(5.395)

(i) Refere-se à participação proporcional da Companhia nos ativos e passivos do plano multipatrocinado - PAMA e PBS-A;

(ii) Embora o PBS, PBS-A, TCO Prev, TCP Prev, Visão e Vivo Prev estejam superavitários em dezembro de 2009, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit no abatimento de contribuições futuras.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Passivo (ativo) líquido em 31.12.08	Despesas (receitas) reconhecidas no resultado em 2009	Contribuição da patrocinadora	Perdas ou (ganhos) atuariais	Passivo (ativo) líquido em 31.12.09
Vivo Prev	(9.754)	1.032	(2.824)	9.581	(1.965)
PAMA	4.726	515	(2)	1.267	6.506
PBS	(5.521)	(869)	(38)	(37)	(6.465)
PBS-A	(11.076)	(1.843)	-	5.370	(7.549)
TCP Prev	519	89	(71)	(809)	(272)
TCO Prev	(7.099)	(946)	(146)	(3.650)	(11.841)
Visão	(5.395)	(576)	(40)	(4.084)	(10.095)

c) Movimentação do passivo atuarial

	Passivo atuarial em 31.12.08	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos	Perdas ou (ganhos) atuariais	Contribuições dos participantes	Passivo atuarial em 31.12.09
Vivo Prev	16.993	2.496	1.611	(207)	2.618	32	23.543
PAMA	7.347	55	731	(311)	1.308	-	9.130
PBS	26.762	19	2.622	(1.953)	2.518	3	29.971
PBS-A	30.646	-	3.001	(1.539)	(11.361)	-	20.747
TCP Prev	519	40	49	-	(361)	42	289
TCO Prev	21.905	67	2.170	(310)	(1.260)	15	22.587
Visão	379	34	34	(10)	(142)	2	297

d) Movimentação dos ativos justos dos planos

	Valor justo dos ativos em 31.12.08	Benefícios pagos	Contribuições da patrocinadora e participantes	Rendimento esperado dos ativos	Perdas ou (ganhos) atuariais	Valor justo dos ativos em 31.12.09
Vivo Prev	(26.747)	207	(2.856)	(3.075)	6.963	(25.508)
PAMA	(2.621)	311	(2)	(271)	(41)	(2.624)
PBS	(32.283)	1.953	(41)	(3.510)	(2.555)	(36.436)
PBS-A	(41.722)	1.539	-	(4.844)	16.731	(28.296)
TCP Prev	-	-	(113)	-	(448)	(561)
TCO Prev	(29.004)	310	(161)	(3.183)	(2.390)	(34.428)
Visão	(5.774)	10	(42)	(644)	(3.942)	(10.392)

e) Despesas (receitas) em 2009

	Custo do serviço	Custo dos juros sobre obrigações atu
--	------------------	--------------------------------------

